

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO- 2026

(APLICÁVEL AO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG)

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si fazem, de um lado, o SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA E DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS DE MINAS GERAIS e, do outro lado, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS, TEMPEROS E BISCOITOS, DA CIDADE DE CONTAGEM /MG, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – DO REAJUSTE SALARIAL: Os salários dos empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato Profissional conveniente que recebem acima do piso serão reajustados da seguinte forma:

- 1- Para os empregados que recebiam em janeiro de 2025 até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), serão reajustados em **1º de janeiro de 2026**, o percentual de 7,5% (%) (sete e meio, por cento), aplicáveis sobre os salários vigentes em janeiro de 2025 (base de cálculo).
- 2- Para os empregados que recebiam em janeiro de 2025 acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), terão os salários reajustados em **1º de janeiro de 2026** pelo percentual de 5% (cinco por cento), aplicável sobre os salários vigentes em janeiro de 2025 (base de cálculo).



Parágrafo Único: Podem ser compensadas todas as antecipações ou reajustes salariais, espontâneos ou compulsórios, que tenham sido concedidos a partir de 1º de janeiro de 2025, salvo os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizado e o previsto na convenção coletiva celebrada para vigorar no período de janeiro/2025 a dezembro/2025.

SEGUNDA – ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE - Os empregados admitidos após 1º de janeiro de 2025 terão seus salários reajustados em 1º de janeiro de 2026 proporcionalmente ao tempo de serviço, devendo ser aplicado 1/12 (um doze avos) do percentual de correção previsto na Cláusula Primeira, conforme o caso, por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias, a incidir sobre o salário de admissão, ficando compensados todos e quaisquer aumentos, reajustes ou antecipações salariais que tenham sido concedidos.

Parágrafo Único - Com a aplicação do critério estabelecido nesta cláusula não poderá o empregado mais novo na empresa perceber salário superior ao do mais antigo na mesma função.

TERCEIRA – QUITAÇÃO – Com o cumprimento do disposto nas cláusulas anteriores considerar-se-ão integralmente satisfeitas as determinações da Lei n.º 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, ficando expressamente quitadas eventuais perdas que tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2025, no limite dos percentuais concedidos.

QUARTA – COMPENSAÇÃO FUTURA – Os percentuais de aumentos ou correções salariais ora concedidos, serão compensáveis a qualquer tempo, caso sobrevenha Medida Provisória,

Wagner Francisco
Alyes Pereira

Henrique Zellos

SIND. TRABS. IND. DE PANIF. CONF. MALIM.
TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG 1

determinação legal ou decisão judicial, obrigando ao pagamento de reposição de eventuais perdas e/ou resíduos inflacionários do período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

QUINTA – DO SALÁRIO – Durante a vigência desta Convenção, nenhum empregado da categoria profissional conveniente, poderá perceber salários inferiores aos seguintes valores, os quais correspondem à jornada de trabalho de 220 (duzentos e vinte) horas mensais, para todos os efeitos legais:

Parágrafo Primeiro- Para os empregados das padarias localizadas na base territorial do Sindicato Profissional conveniente:

- a) Atendentes, Balconistas – R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);
- b) Faxineiras – R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);
- c)
- d) Atendente Máster – R\$ 1.721,09 (um mil, setecentos e vinte hum reais e nove centavos), conforme definido no parágrafo 6º desta cláusula;
- e) Promotora de Vendas – R\$ 1.751,83 (um mil, setecentos e cinquenta e hum reais e oitenta e três centavos), conforme definido no parágrafo 6º desta cláusula;
- f) Ajudantes de padeiros, confeiteiros, salgadeiros, doceiros, forneiros e ajudantes de produção - R\$ 1.727,53 (um mil, setecentos e sete reais e cinquenta e três centavos);
- g) Padeiros, confeiteiros, salgadeiros, doceiros, forneiros e pizzaiolos ou Mestres - R\$ 1.834,78 (um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos);
- h) Panifieiro R\$ 1.721,09 (um mil, setecentos e vinte hum reais e nove centavos),, conforme definido no parágrafo 6º desta cláusula;
- i) Gerente de Produção - R\$ 1.925,60 (um mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e sessenta centavos);
- j) Subgerente - R\$ 1.751,83 (um mil, setecentos e cinquenta e hum reais e oitenta e três centavos)
- k) Gerente R\$ 1.925,60 (um mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e sessenta centavos);
- l) Auxiliar Administrativo / Auxiliar de Escritório - R\$ 1698,77 (hum mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos);
- m)
- n) Repositor - R\$ R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);
- o) ;
- p) Fiscal de Loja - R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);
- q)
- r) Vigia R\$ 1.721,09 (um mil, setecentos e vinte hum reais e nove centavos), conforme definido no parágrafo 6º desta cláusula;

Parágrafo Segundo- - Empregados dos demais segmentos econômicos não abrangidos no parágrafo 1º:

- s) a) Trabalhadores da parte comercial da indústria e para os demais trabalhadores não contemplados nas alíneas “c” e “d” deste parágrafo: R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);
b) Baleiros, pizzaiolos, bomboneiros, masseiros, salgadeiros, forneiros ou mestres, doceiros e responsáveis técnicos (temperos, massas alimentícias, pré-cozidos e moagem) R\$ 1.834,78 (um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos);
c) Ajudantes de baleiros, forneiros, mestres, doceiros, ajudantes de produção e responsáveis técnicos - R\$ 1.721,09 (um mil, setecentos e vinte hum reais e nove centavos);
d) Auxiliar Administrativo / Auxiliar de escritório - R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);

*Wagner Francisco
Alves Pereira*

- 
e) Gerente de Produção R\$ 1.925,60 (um mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e sessenta centavos);
f) Gerente - R\$ 1.925,60 (um mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e sessenta centavos);
g) Subgerente R\$ 1.751,83 (um mil, setecentos e cinquenta e hum reais e oitenta e três centavos).

Parágrafo Terceiro- - Os salários de **TODOS** os empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato Profissional conveniente e que foram admitidos **ATÉ** o mês de dezembro de 2025, serão reajustados a partir do dia 1º de janeiro de 2026, pelo percentual de 7,5 % (% (sete e meio por cento), aplicáveis sobre os salários vigentes em janeiro de 2025 (base de cálculo)."

Parágrafo Quarto- A parcela salarial superior aos salários de ingresso aqui fixados, percebida em virtude do anuênio extinto, será considerada como vantagem pessoal, não sendo observada para efeitos de equiparação salarial (paradigma).

Parágrafo Quinto- - Entende-se por:

- **Atendente Máster:** Aquele (a) atendente que, depois de 180 (cento e oitenta) dias na empresa, apresentar o certificado de conclusão do 2º Grau e tenha feito o curso de atendente, Noções Básicas de Higiene, Atendente Avançado, venda Adicional e Operador de Caixa pelo Centro de Treinamento do SENAI, desde que exista vaga disponível e/ou esteja no exercício efetivo da função.

- **Promotor (a) de Venda:** Aquela atendente máster que, depois de 180 (cento e oitenta) dias na empresa, apresentar o certificado de conclusão do 2º Grau e tenha feito o curso de Promotor (a) de Vendas, Noções de VENDAS, Noções Básicas de Higiene, Atendente Avançado, Venda Adicional e Operador de Caixa, pelo Centro de Treinamento do SENAI, desde que exista vaga disponível e/ou esteja no exercício efetivo da função.

- **Panifieiro:** Os empregados exercentes das funções de ajudante de padeiros, confeiteiros, doceiros e forneiros que concluíram o Curso de Panifieiro realizado pelo SENAI/SIP/AMIP.

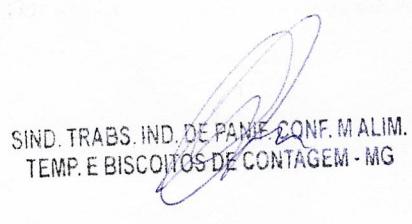
- **Gerente de Produção** – São os empregados que, preenchidas as condições e requisitos para o exercício da função de Panifieiro, frequentarem e concluírem com êxito o Curso de Informática Básica e o Técnico em Gestão da Panificação e Confeitaria pelo Núcleo de Panificação do SENAI.

SEXTA – SALÁRIO MISTO – CORREÇÃO – Os empregados que tiverem salário misto (parte fixa e parte variável a título de comissão), terão sua correção salarial calculada apenas sobre a parte fixa de seus salários.

SÉTIMA – CONTRATO DE EXPERIÊNCIA – O contrato de experiência não poderá ser reajustado por período superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único – Não será celebrado contrato de experiência nos casos de readmissão de empregados para a mesma função anteriormente exercida na empresa, no prazo inferior a 12 (doze) meses.


Wagner Francisco
Alves Pereira


SIND. TRABS. IND. DE PANIF. CONF. M ALIM.
TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG

OITAVA – COMPROVANTES DE PAGAMENTO – As empresas se obrigam a fornecer a seus empregados, quando do pagamento, comprovante em papel timbrado ou meio eletrônico, do salário com discriminação dos valores e respectivos descontos.

NONA – QUEBRA DE CAIXA – O empregado que exerce as funções de CAIXA, deverá tê-la anotada em sua CTPS, recebendo a esse título e enquanto permanecer na função, o valor correspondente a 6% (seis por cento) de seu salário.

DÉCIMA – HORAS EXTRAS – As horas extras que venham a ser prestadas serão remuneradas com o acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Único – As empresas fornecerão aos seus empregados um lanche gratuito após a primeira hora extra prestada.

DÉCIMA PRIMEIRA – COMPENSAÇÃO DE JORNADA – A jornada normal de trabalho poderá ser acrescida de 02 (duas) horas suplementares, sem qualquer acréscimo salarial, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, ficando estipulado o período máximo de 60 (sessenta) dias no qual a compensação deverá ser realizada, e desde que não exceda o horário normal da semana.

Parágrafo Único – O horário correspondente ao intervalo para alimentação e descanso não poderá ser considerado na compensação de jornada aqui prevista.

DÉCIMA SEGUNDA – COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO – No pagamento do 13º salário, não será descontado o afastamento do empregado em gozo de auxílio doença no período superior a 15 (quinze) dias e inferior a 60 (sessenta) dias.

DÉCIMA TERCEIRA – INÍCIO DAS FÉRIAS – As férias do empregado não deverão ter seu início no dia de seu repouso semanal remunerado, feriados, domingos e dias previamente compensados, salvo opção em contrário, feita pelo empregado, e em relação ao pessoal sujeito a revezamento.

Parágrafo Único – As empresas que cancelarem a concessão das férias já comunicadas ressarcirão as despesas irreversíveis para viagem, feitas pelo empregado antes do cancelamento, desde que devidamente comprovadas.

DÉCIMA QUARTA – PRÊMIO ASSIDUIDADE – As empresas asseguram a todos os seus empregados um “prêmio assiduidade” no valor correspondente a 02 (dois) dias do salário percebido pelo respectivo empregado, por ocasião das férias, a ser pago juntamente com as mesmas, para o trabalhador que não tiver nenhuma falta ao trabalho, ressalvadas as enumeradas no art. 473 da CLT, observado o limite de R\$ 258,31 (duzentos e setenta e hum reais e cinquenta e cinco centavos).

DÉCIMA QUINTA – SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO – Fica assegurado ao empregado substituto, nas substituições superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, mesmo quando eventuais, o direito de receber salário igual ao do empregado substituído.

DÉCIMA SEXTA – FUNÇÃO IDÊNTICA – Sendo idênticas às funções, com a mesma produção e perfeição técnica e o mesmo valor, prestadas ao mesmo empregador e no mesmo estabelecimento, corresponderá igual salário, observados os termos da lei.

*Wagner Francisco
Alves Pereira*

SIND. TRAB. IND. DE PANIF. CONF. M. ALIM.
TEMP. E BISCOLOS DE CONTAGEM - MG

DÉCIMA SÉTIMA – ANUÊNIO EXTINTO – CORREÇÃO – O valor pago pelas empresas, de forma destacada da remuneração e equivalente ao anuênio extinto a partir de 1º de outubro de 1999, será corrigido, em 1º de janeiro de 2026 pelo índice de 5,0% (cinco por cento), passando a ter o valor de R\$ 28,54 (Vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

DÉCIMA OITAVA – INDENIZAÇÃO ESPECIAL – Aos empregados dispensados sem justa causa, que contem na ocasião da dispensa com um mínimo de 05 (cinco) anos na empresa e 45 (quarenta e cinco) anos de idade completos, será paga, a título de indenização, uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) de seu salário nominal devido na data da comunicação da dispensa.

Parágrafo Único – Esta indenização não será cumulativa com nenhuma outra vantagem decorrente de obrigação superveniente. Assim sendo, caso ocorra alteração na legislação ou decisão judicial determinando pagamento de indenização ou Aviso Prévio proporcional ao tempo de serviço, ocorrerá à compensação, prevalecendo a situação mais favorável.

DÉCIMA NONA – PROMOÇÕES – As promoções de empregado para o cargo de maior nível ao exercido anteriormente comportarão um período experimental de, no máximo, 90 (noventa) dias.

Parágrafo Primeiro- Após o prazo fixado no *caput*, se o empregado permanecer na nova função, esta deverá ser anotada em sua CTPS, bem como o aumento salarial, se for devido.

Parágrafo Primeiro- A promoção para o cargo de chefia comportará um período experimental de, no máximo 90 (noventa) dias.

VIGÉSIMA – PREVIDÊNCIA SOCIAL - As empresas, quando solicitadas, deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

VIGÉSIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO DAS PARCELAS RESCISÓRIAS – Os pagamentos das parcelas rescisórias serão efetuados nos termos do art. 477 e §§ da CLT.

VIGÉSIMA SEGUNDA – CARTA DE DISPENSA - As empresas obrigam-se ao dispensar o empregado por justa causa, a entregar-lhe, mediante recibo, comunicação escrita da dispensa, sob pena de ser considerada, de qualquer forma, como dispensa imotivada.

VIGÉSIMA TERCEIRA – ABONO DE FALTA – As empresas abonarão, sem prejuízo do salário, 02 (dois) dias de falta do empregado, em razão do falecimento de seu sogro(a), bem como na hipótese de internação hospitalar da(o) esposa ou companheira(o), desde que o empregado apresente comprovação escrita do fato.

VIGÉSIMA QUARTA – EXAMES MÉDICOS – Recomenda-se às empresas que procedam aos exames médicos admissionais e demissionais de seus empregados no serviço médico mantido pelo Sindicato Patronal ou pelo Sindicato Profissional.

VIGÉSIMA QUINTA – MEDICAMENTOS BÁSICOS – As empresas manterão em suas dependências, medicamentos básicos de primeiros socorros para atendimento de seus empregados, conforme relação que se segue:

>Instrumentos:

Termômetro

Tesoura

Pinça

SIND. TRAB. IND. DE PAIN. CONF. M. ALIM.
TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG

*Wagner Francisco
Alves Pereira*

>Material de curativos:

Algodão hidrófilo
 Gaze esterilizada
 Esparadrapo
 Ataduras de Crepom
 Curativos adesivos

>Anti-sépticos:

Água boricada
 Soro fisiológico

>Medicamentos:

Unguento picatrin butesin (para queimaduras)

>outros:

Conta-gotas

VIGÉSIMA SEXTA – SEGURO DE VIDA– Recomenda-se às empresas contratarem Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais, sendo que 100% (cem por cento) do custeio e pagamento serão de responsabilidade do empregador, ficando pactuadas as seguintes coberturas e capitais mínimos:

GARANTIAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO
Morte	R\$ 10.000,00
Morte – Auxílio Funeral – Titular	R\$ 2.000,00
Adicional	
Forma de Pagamento: Reembolso até o limite do Capital Segurado.	
Morte – Despesas Com Rescisão Contratual	R\$ 2.000,00
Forma de Pagamento: Reembolso até o limite do Capital Segurado.	
IPA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	R\$ 10.000,00
Invalidez Funcional Permanente Total por Doença – IFPD	R\$ 10.000,00
DIH UTI – Diária de Internação Hospitalar em UTI, decorrente de acidente pessoal coberto.	
Limite de Diárias: 5 diárias no valor de R\$ 400,00 cada uma	R\$ 2.000,00
Franquia: 01 dias	
Forma de Pagamento: De uma única vez, em forma de indenização.	
Inclusão Automática de Cônjugue – Morte	R\$ 3.000,00
Inclusão Automática de Filhos – Morte - será devida para óbitos de maiores de 14 anos, já para filhos menores de 14 anos será devido, apenas, reembolso das despesas com funeral conforme Condições Gerais do contrato de Seguro.	R\$ 1.500,00

Parágrafo Único - Em caso de desligamento do empregado, por qualquer motivo, cessa imediatamente a obrigação contida nesta cláusula.

VIGÉSIMA SÉTIMA – AUXÍLIO FUNERAL – A empresa, por ocasião do falecimento do empregado (a) ou seu cônjuge ficará obrigada a pagar juntamente com o saldo de salário e /ou outras verbas

Wagner Francisco
 Alves Pereira

SIND. TRAB. IND. DE PARIF. CONF. M ALIM.
 TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG

rescisórias, a quantia equivalente ao salário de ingresso da respectiva função exercida pelo empregado, a título de auxílio funeral.

Parágrafo Primeiro- - Ficam excluídas das disposições desta cláusula as empresas que mantenham seguro de vida gratuito para os seus empregados, nos termos da cláusula 28ª desta Convenção.

Parágrafo Segundo- - O pagamento previsto nesta cláusula poderá ser efetuado diretamente pela empresa ou através da fundação da qual seja a empresa mantenedora.

VIGÉSIMA OITAVA – LICENÇA CASAMENTO – A licença para casamento será de 05 (cinco) dias corridos a contar da data do evento.

VIGÉSIMA NONA – ALEITAMENTO MATERNO/ACOMPANHAMENTO FILHO AO MÉDICO – Para amamentar o próprio filho até que este complete 06 (seis) meses de idade, serão concedidos à empregada mãe, durante a jornada de trabalho, dois descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo Primeiro- - A ausência ao trabalho para acompanhar seus filhos menores até 10 (dez) anos ao médico ou em caso de internação hospitalar, desde que comprovado por atestado médico, não poderá acarretar punição disciplinar para a empregada.

Parágrafo Segundo- -A ausência ao trabalho conforme previsto no parágrafo anterior em até 01 (um) dia por trimestre, não será considerada para efeito de redução do período de férias e pagamento de 13º salário. O dia será descontado, porém sem reflexos em férias e 13º salário.

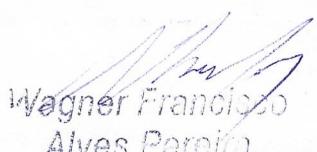
TRIGÉSIMA – AUXÍLIO CRECHE – As empresas reembolsarão a todas as mães a quantia mensal de R\$ 200,02 (duzentos reais e dois centavos) a título de auxílio creche, após o retorno ao trabalho, limitado o reembolso a 06(seis) meses de vida da criança desde que devidamente comprovado, mediante apresentação de recibo emitido pela creche onde o filho foi inscrito.

TRIGÉSIMA PRIMEIRA – PORTADOR DE DEFICIÊNCIA– As empresas com 100 (cem) ou mais empregados devem admitir empregado portador de deficiência em cumprimento à legislação vigente.

TRIGÉSIMA SEGUNDA – AUXÍLIO AO FILHO (A) INCAPAZ – Aos empregados (as) que possuem filhos incapazes, física ou mentalmente, sem limites de idade, desde que tal condição seja comprovada por atestado fornecido pelo INSS ou instituição por ele autorizada, será pago um auxílio no valor correspondente a 10% (dez por cento) do menor salário de ingresso estabelecido na cláusula quinta desta Convenção.

TRIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EMPREGO AO EMPREGADO (A) EM VIAS DE APOSENTADORIA – Aos empregados (as) que possuírem um mínimo de 05 (cinco) anos na empresa e que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses de aquisição do direito à aposentadoria integral, fica assegurado o emprego ou os salários, durante o período que faltar para a aquisição do direito, ressalvados os pedidos de demissão e ocorrência de justa causa.

Parágrafo Primeiro- - O benefício previsto nesta cláusula somente será devido caso o empregado (a) informe à empresa, por escrito, que se encontra em um dos períodos de pré-aposentadoria mencionados no *caput*, salvo se todo o período de trabalho gerador do direito à aposentadoria tiver sido cumprido na mesma empresa.


Wagner Francisco
Alves Pereira

SIND. TRAB. IND. DE PAPEL CONF. M. ALIM.
TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG

Banc - Comunhão

Parágrafo Segundo- - A comunicação à empresa deverá ocorrer no máximo até 30 (trinta) dias após o empregado completar o período aquisitivo da aposentadoria integral.

Parágrafo Terceiro- - Caso o empregado dependa da documentação para a comprovação do tempo de serviço terá 30 dias de prazo a partir da comunicação efetuada à empresa.

Parágrafo Quarto- - Não tendo o empregado cumprido o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º, mas comprovando, após sua dispensa, estar nas condições previstas nesta cláusula, a empresa pode optar por reintegrá-lo ou ficará obrigada a reembolsá-lo mensalmente o valor que ele pagar à Previdência Social, durante o período que faltar para completar o tempo de contribuição previsto no *caput* e que permanecer como contribuinte autônomo ou voluntário e que será no máximo de 12 (doze) meses.

Parágrafo Quinto- - Obtendo novo emprego, cessará para a empresa a obrigação prevista no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto - Para efeito do reembolso, competirá ao empregado comprovar, mensalmente, perante a empresa, o pagamento que houver feito à Previdência Social.

Parágrafo Sétimo- - As condições desta cláusula prevalecerão enquanto forem mantidas as atuais condições de aposentadoria por tempo de serviço.

TRIGÉSIMA QUARTA – EMPREGADO QUE RETORNA DO SERVIÇO MILITAR – Fica assegurado ao empregado que retornar à empresa após a cessação (baixa) de prestação de serviço militar obrigatório, a garantia de emprego ou pagamento de salário até 60 (sessenta) dias após o retorno.

TRIGÉSIMA QUINTA – EMPREGADO (A) ESTUDANTE – O empregado (a) estudante matriculado em curso regular previsto em lei, desde que faça comunicação prévia à empresa, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado, não poderá prestar serviços além da jornada legal, salvo casos excepcionais ou de força maior.

TRIGÉSIMA SEXTA – EMPREGADO (A) ALUNO (A) – O empregado (a) aluno (a) ou menor aprendiz, ao ser encaminhado para fábrica ou empresa em definitivo, após a conclusão do aprendizado, deverá passar a perceber, a partir do primeiro dia do mês seguinte à sua efetivação, pelo menos o salário de ingresso previsto nesta Convenção.

Parágrafo Primeiro- - Após o período máximo de 90 (noventa) dias, deverá receber pelo menos, salário igual ao menor pago pela função que passar a exercer, desde que o curso realizado na empresa tenha tido duração igual ou superior a 12 (doze) meses.

Parágrafo Segundo- - Inexistindo vaga na função para a qual recebeu treinamento, poderá o mesmo ser aproveitado em função compatível, percebendo, após 90 (noventa) dias, o menor salário de sua função.

TRIGÉSIMA SÉTIMA – REFEITÓRIO/ VESTIÁRIO – As empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados, que não possuírem restaurante, obrigam-se a manter o local apropriado para refeições, com mesa e aquecedor de marmita, além de local para trocar de roupa, observando-se a separação dos sexos, e, as empresas com mais de 10 (dez) empregados ficarão obrigadas a manter bebedouros.

*Wagner Francisco
Alves Pereira*

SIND. TRAB. IND. DE PANE, CONF. MALIM,
TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG 8

Intert - Contagem

TRIGÉSIMA OITAVA – LANCHES – As empresas ou empregadores fornecerão aos seus empregados 01 (um) lanche por jornada de trabalho, consistindo em café, leite e pão com manteiga.

TRIGÉSIMA NONA – UNIFORMES – As empresas que exigirem o uso de uniformes, fornecerão a seus empregados 02 (dois) uniformes de trabalho por ano.

Parágrafo Único – O uso de uniforme no trabalho será obrigatório e o empregado (a) responsabilizar-se-á:

- a) Por estrago, danos ou extravio, devendo a empresa ser indenizada nestes casos.
- b) Pela manutenção dos uniformes em condição de higiene e apresentação.
- c) Pela devolução do uniforme quando da extinção ou rescisão do contrato de trabalho.

QUADRAGÉSIMA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL – Fica estabelecido que as empresas representadas pelo **Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Panificação e Confeitaria e de Massas Alimentícias e Biscoitos de Minas Gerais**, obrigam-se a recolher uma parcela fixa no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), com vencimento em 20 de fevereiro de 2026, a título de Contribuição Assistencial Patronal.

Parágrafo Primeiro- Os pagamentos serão realizados por meio de boletos bancários a serem emitidos por meio do link: <https://sindipaomg.gersin.com.br/consulta>. Em caso de dificuldade no acesso, entrar em contato por meio do e-mail: financeiro@amipao.com.br.

Parágrafo Segundo - O atraso no recolhimento implicará no pagamento de multa de 10% (dez por cento), juros de 1% a/m (um por cento ao mês) e correção monetária.

Parágrafo Terceiro- As empresas que não concordarem com o recolhimento previsto nesta cláusula, deverão se manifestar em carta entregue ao Sindicato Patronal, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da guia.

QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PARA O CUSTEIO DA ENTIDADE PROFISSIONAL – As empresas, como simples intermediárias, e por decisão da Assembleia Geral dos Trabalhadores, descontarão nos meses de junho/2026 a dezembro/2026, o valor correspondente a 1% (hum por cento) do salário nominal de seus empregados, representados pelo Sindicato Profissional, desde que prévia e expressamente por eles autorizados, exceto dos pertencentes a outras categorias e profissionais liberais no exercício da profissão.

Parágrafo Primeiro- - O limite máximo de cada desconto será de R\$ 30,04 (trinta reais e quatro centavos).

Parágrafo Segundo- - O Sindicato Profissional emitirá as boletas para depósito da quantia arrecadada, com vencimento todo dia 20 (vinte) de cada mês, na Caixa Econômica Federal – Agência 2940 – Joaquim de Oliveira – Operação 003 - Conta Corrente n.º 0345-0 – CONTAGEM/ MG.

Parágrafo Terceiro- - Até a data do vencimento, o depósito deverá ser feito em qualquer agência bancária, casas lotéricas, sendo que, após essa data, somente deverá ser feito nas agências da CEF, ou na sede do Sindicato Profissional.

*Wagner Francisco
Alves Pereira*

*SIND. TRAB. IND. DE PANIF. CONF. M. ALIM.
TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG* 9

Convenção

Parágrafo Quarto- - O atraso no recolhimento implicará no pagamento de multa de 10% (dez por cento), juros de 1% a/m (um por cento ao mês) e correção monetária.

Parágrafo Quinto- - As empresas e/ou empregadores que não recolherem ao Sindicato Profissional as importâncias decorrentes dos descontos efetuados, ficarão sujeitas a uma multa de 20% (vinte por cento) mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, mais atualização monetária pela TR, ou outro índice que vier a ser adotado pelo governo federal, sobre os valores descontados e não recolhidos, competindo a DRT/MG, a fiscalização da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como deverão abster-se de qualquer prática de conduta antissindical.

QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL – Conforme decidido pela Assembleia Geral Extraordinária da Entidade Patronal conveniente, as empresas associadas ou não, ficam obrigadas a recolher a Contribuição Confederativa à entidade patronal correspondente, destinada ao custeio do Sistema Confederativo, nos termos do art. 8º, IV, da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro- Oportunamente, a Entidade Patronal enviará guias às empresas de sua categoria econômica, com valor, prazo e demais condições para o recolhimento.

Parágrafo Segundo- O atraso no recolhimento implicará no pagamento de multa de 10% (dez por cento), juros de 1% a/m (um por cento ao mês) e correção monetária.

QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – DA CONTRIBUIÇÃO EXCEPCIONAL PARA O SINDICATO PROFISSIONAL - Excepcionalmente, cada empresa fica obrigada a fazer o recolhimento da importância de R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) ao Sindicato Profissional nos meses de junho, julho, agosto E setembro de 2026 quando houver a prestação de serviços de assistência da referida entidade à sua categoria profissional.

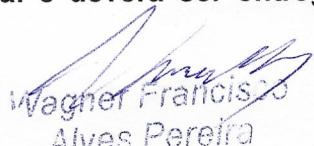
Parágrafo Primeiro- O Sindicato Profissional emitirá os boletos do Sistema GERENCIANET para pagamento com vencimento até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês ou depósito na Caixa Econômica Federal ou em Casas Lotéricas, – Agência 2940 – Joaquim de Oliveira – Operação 003 - Conta Corrente n.º 0345-0 – Contagem/MG.

Parágrafo Segundo- Até a data do vencimento, o depósito deverá ser feito em qualquer agência bancária, casas lotéricas, sendo que, após essa data, somente deverá ser feito nas agências da CEF, ou na sede do Sindicato Profissional.

Parágrafo Terceiro- O atraso no recolhimento implicará no pagamento de multa de 10% (dez por cento), juros de 1% a/m (um por cento ao mês) e correção monetária.

QUADRAGÉSIMA QUARTA- DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS - As empresas, como simples intermediárias, descontarão em folha de pagamento, UMA ÚNICA POR ANO, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e repassarão à Entidade Sindical Profissional, desde que o (a) empregado (a) não apresente carta de oposição.

Parágrafo Primeiro- – A carta de oposição será redigida de próprio punho, pelo (a) empregado (a), de forma individual e deverá ser entregue por carta registrada, endereçada à Entidade


Wagner Francisco
Alves Pereira

SIND. TRAB. UD DE ZAF. CONF. M ALIM.
TEMPI E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG

Sindical Profissional, no seguinte endereço, Rua Tiradentes nº 2394, Conjunto 04, Bairro Industrial, Cidade de Contagem/MG, CEP 32.230-020, ATÉ o dia 31/01/2026.

Parágrafo Segundo- caberá ao trabalhador apresentar a cópia do comprovante de envio junto ao Recursos Humanos (RH), Departamento Pessoal (DP), ou para o Setor responsável pela folha salarial para que esta realize o desconto que poderá ser feito na folha salarial de janeiro que será paga no mês de fevereiro de 2026.

Parágrafo Terceiro- caso o setor de Recursos Humanos (RH), Departamento Pessoal (DP), ou o Setor responsável pela folha salarial não consiga realizar o desconto nas folhas salariais do mês de janeiro de 2026, o desconto será realizado na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2026, a ser pago ATÉ o dia 10 de março de 2026, sem nenhum ônus para a empresa.

Parágrafo Quarto- O setor de Recursos Humanos (RH), Departamento Pessoal (DP), ou o Setor responsável pela folha salarial encaminhará a lista de colaboradores que deverão ter o desconto realizado para o Sindicato Profissional e este emitirá os boletos do Sistema GERENCIANET para pagamento com vencimento até o dia a ser pago ATÉ o dia 10 de março de 2026, ou a empresa deverá realizar o depósito referente ao desconto realizado na **Caixa Econômica Federal ou em Casas Lotéricas, – Agência 2940 – Joaquim de Oliveira – Operação 003 - Conta Corrente n.º 0345-0 – Contagem/MG, ATÉ o dia 10 de março de 2026.**

§5º- Caso a empresa faça a opção de custear a referida contribuição, poderá fazê-lo diretamente para o Sindicato Laboral. Neste caso, o valor da contribuição será de **R\$ 14,00** (quatorze reais) por empregado, devendo o setor de Recursos Humanos (RH), Departamento Pessoal (DP) ou setor responsável pela folha salarial, encaminhar a lista de colaboradores para o Sindicato Laboral que emitirá os boletos por meio do Sistema GERENCIANET para pagamento com vencimento até o dia 10 de abril de 2026, ou a empresa deverá realizar o depósito referente ao desconto realizado na **Caixa Econômica Federal ou em Casas Lotéricas, – Agência 2940 – Joaquim de Oliveira – Operação 003 - Conta Corrente n.º 0345-0 – Contagem/MG, ATÉ o dia 10 de abril de 2026**, podendo a empresa informar aos funcionários que a taxa foi devidamente paga.

QUADRAGÉSIMA QUINTA – CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS – As empresas, como simples intermediárias, descontarão em folha de pagamento, a mensalidade associativa e repassarão à Entidade Sindical Profissional, desde que autorizadas pelo (a) empregado (a).

QUADRAGÉSIMA SEXTA – RELACIONAMENTO SINDICATO/EMPRESA – As empresas poderão receber os diretores do Sindicato da categoria Profissional e seus assessores, desde que pré-avisadas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, pré-estabelecendo o assunto da visita, e limitado ao máximo de 06 (seis) pessoas.

QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – MULTA – Fica estabelecida multa no valor de R\$ 138,11 (cento e trinta e oito reais e onze centavos) por cada cláusula descumprida desta Convenção, limitada a R\$ 557,64 (quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), que será paga pela parte inadimplente em favor da parte prejudicada. No caso da parte prejudicada ser a Entidade Profissional, a multa se destinará ao (à) empregado(a) prejudicado(a).

QUADRAGÉSIMA OITAVA - LIMITES DE APLICAÇÃO – A presente Convenção não será aplicada às empresas que ajustam Acordo Coletivo de Trabalho diretamente com o Sindicato Profissional, as quais ficam excluídas da Convenção, prevalecendo, com relação a elas, as cláusulas e condições constantes do acordo que tenham celebrado.

Centro de Contagem

Parágrafo Único – Caso as empresas que ajustam Acordos Coletivos de Trabalho e esses instrumentos percam a vigência sem a celebração de um novo, deverão seguir as cláusulas pactuadas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, sem prejuízo dos índices combinados anteriormente nos acordos.

QUADRAGÉSIMA NONA - JORNADA ESPECIAL DE 12 X 36 HORAS -- Faculta-se a adoção do sistema de trabalho denominado “Jornada Especial”, as 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga. As empresas deverão comunicar a adoção desta jornada para os sindicatos, patronal e profissional.

Parágrafo Único - Para os que trabalham sob a denominada “Jornada Especial”, as 12 (doze) horas serão entendidas como normais, sem incidência de qualquer adicional, ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas em uma semana, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta “Jornada Especial”.

QUINQUAGÉSIMA – RECEBIMENTO DO PIS – As empresas que não pagam diretamente o PIS, quando solicitadas, se obrigam a conceder ½ (meio) expediente a seus empregados para o recebimento do mesmo.

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - BANCO DE HORAS – Faculta-se às empresas a prorrogação da jornada de trabalho de seus empregados até o limite estabelecido em lei, sendo que a compensação das horas suplementares realizadas em um dia, será feita com a concessão de folga ou redução da jornada em outro dia.

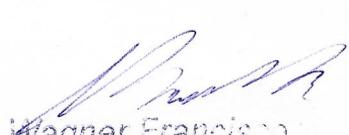
Parágrafo Primeiro - As empresas poderão compensar as horas, positivas ou negativas, do banco de horas até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do fim da vigência desta convenção.

Parágrafo Segundo- Na hipótese de ocorrência de rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, e havendo saldo de horas suplementares ainda não compensadas na forma referida nesta cláusula, o empregado terá direito ao recebimento das mesmas na rescisão, acrescidas pelos percentuais previstos neste instrumento conforme cláusula décima desta convenção.

Parágrafo Terceiro- A empresa deverá efetuar o controle mensal do Banco de Horas juntamente com o empregado, por meio de lançamentos em planilha individual, detalhando as horas suplementares realizadas, as horas compensadas e o saldo restante, fornecendo ao empregado até o 5º dia útil do mês seguinte à prestação de serviço, demonstrativos mensais do crédito ou débito lançados no Banco de Horas.

Parágrafo Quarto- A compensação de jornada prevista nesta cláusula poderá abranger todos os empregados de uma mesma empresa, ou parte deles, devendo o empregador avisar os empregados envolvidos com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Parágrafo Quinto- O regime de compensação de jornada previsto nesta cláusula não se aplica aos trabalhadores sujeitos à jornada especial de 12 a 36 horas, prevista na cláusula Quadragésima Nona desta Convenção Coletiva.


Wagner Francisco
Alves Pereira

SIND. TRAB. IND. DE BISCOITES CONF. M. ALIM.
TEMR. E BISCOITES DE CONTAGEM - MG

Parágrafo Sexto -As horas de trabalho compensadas na forma desta cláusula não terão reflexo no repouso semanal, nas férias, no aviso prévio, no 13º salário ou qualquer outra verba de natureza salarial.

Parágrafo Sétimo- A empresa se obriga a afixar no local de trabalho cópia da presente cláusula, tão logo seja firmada esta convenção coletiva.

QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – SAÚDE E SEGURANÇA – As partes signatárias do presente instrumento se comprometem a respeitar e divulgar a legislação vigente, especialmente aquelas determinadas pela NR 12.

QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – PRAZO PARA PAGAMENTO – As empresas que não conseguirem viabilizar o pagamento dos reajustes desta convenção juntamente com os salários de **janeiro de 2026**, deverão fazê-lo, de uma só vez, juntamente com os salários de **fevereiro de 2026**, livre de multas ou quaisquer outros ônus.

QUINQUAGÉSIMA QUARTA - FOLGA AOS DOMINGOS - Fica estabelecido que em um período máximo de sete semanas, cada empregado(a) usufrua pelo menos um domingo de folga (Art. 611-A, Inciso I da CLT, Decreto 10.854/2021 e Portaria 671/2021).

QUINQUAGÉSIMA QUINTA: REDUÇÃO DE INTERVALO PARA REFEIÇÃO – Fica convencionado que as empresas poderão adotar a redução de intervalo intrajornada (alimentação/refeição) de no mínimo 30 (trinta) minutos para jornadas acima de 6 horas, protocolando/comunicando a data da alteração no sindicato profissional.

Parágrafo Único – As empresas poderão estender a adoção da redução do intervalo intrajornada (alimentação/refeição) de no mínimo 30 (trinta) minutos para as jornadas acima de 6 horas, até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados do fim da vigência desta convenção.

QUINQUAGÉSIMA SEXTA – FECHAMENTO DO PONTO - Visando assegurar que o pagamento dos salários possa ser realizado antes ou até o limite previsto na legislação (até o 5º dia útil do mês seguinte), as partes concordam que os registros de ponto possam ser fechados antes do final do mês, considerando-se para os empregados em atividade normal, que os dias posteriores ao fechamento serão de trabalho normal, sem faltas ou horas extraordinárias.

Parágrafo Único: Ocorrendo variações na frequência depois do fechamento do ponto (faltas ou trabalho extraordinário) elas serão consideradas na folha de pagamento do mês seguinte.

QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA - Em razão da dificuldade de locomoção dos empregados, decorrente da diminuição da frota de transporte público na cidade de Contagem/MG, fica autorizada a flexibilização da jornada de trabalho respeitando o intervalo interjornada, conforme rege o artigo 66 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Parágrafo Único – A compensação da jornada, caso seja necessária obedecerá ao disposto na cláusula quinquagésima primeira, que trata do banco de horas.

QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DO PAGAMENTO DO DIA TRABALHADO NO FERIADO - Fica convencionado que as empresas poderão optar por pagar a importância de **R\$ 100,00 (cem reais)**,


Wagner Francisco
Alves Pereira


SIND. TRAB. IND. DE CONTAGEM CONF. M. ALIM.
TEMP. E BISCOITOS DE CONTAGEM - MG

Conselho

para os empregados exercentes das funções relacionadas à produção e para os empregados exercentes das demais funções, a importância de R\$ 86,00 (oitenta e seis reais), ou conceder uma folga compensatória pelo trabalho do empregado, independentemente da função exercida, que trabalhar em dias de feriado na jornada de 8 horas diárias.

Parágrafo Primeiro – Se o empregador optar por pagar os valores acima relacionados, pelo trabalho no feriado, para as jornadas inferiores ou superiores a 8 horas diárias, o valor será pago de forma proporcional ao tempo do trabalho.

Parágrafo Segundo- Caso o empregador opte por pagar os valores acima relacionados, pelo trabalho no feriado, restará quitado a remuneração do dia trabalhado no feriado.

QUINQUAGÉSIMA NONA- DA PLR- Faculta-se às empresas a adoção de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2.000.

SEXAGÉGIMA- DO TICKET ALIMENTAÇÃO- Faculta-se às empresas a adoção de Vale Alimentação ou Refeição, sendo que, nos termos do artigo 457 da CLT, tal benefício, vedado seu pagamento em dinheiro, não integrará a remuneração do empregado, não se incorporará ao contrato de trabalho e não constituirá base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Parágrafo Único – Fica a critério das empresas a sua inscrição no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

SEXAGÉGIMA PRIMEIRA- DO VALE-TRANSPORTE EM DINHEIRO, OPÇÃO PELO CARTÃO MOBILIDADE- Fica facultada às empresas, oferecer para os seus empregados em substituição ao vale-transporte, previsto na Lei nº 7.418/1985, o pagamento do mesmo em dinheiro, ou cartão mobilidade, referente ao valor exato do benefício a que ele teria direito para a utilização EXCLUSIVA em despesas de deslocamento, da residência para o trabalho e vice-versa, sendo que o valor devido corresponderá ao número de vale-transporte a que o empregado teria direito e nos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Primeiro: O empregado participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo que exceder a 6% (seis por cento) do seu salário básico, nos moldes do que é realizado quando se trata de vale-transporte convencional.

Parágrafo Segundo: A concessão do vale-transporte em dinheiro ou via cartão mobilidade não terá natureza salarial, tampouco será incorporado à remuneração para quaisquer efeitos, nçao constituindo base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não se configurando como rendimento tributável ao trabalhador.

Parágrafo Terceiro: A presente cláusula não se aplica às empresas que possuem EXCLUSIVAMENTE sistema de transporte próprio ou terceirizado.

SEXAGÉGIMA SEGUNDA- DO PLANO ODONTOLÓGICO – Fica estabelecida a obrigatoriedade da contratação do Plano Odontológico EXCLUSIVAMENTE PARA O EMPREGADO, após o término do contrato de experiência ou quando o contrato de trabalho estiver sob período indeterminado, com responsabilidade integral de cumprimento e pagamento por parte do empregador. O plano deve oferecer uma rede nacional, sem coparticipação e sem carência.

*Wagner Francisco
Alves Pereira*

*SIND. TRAB. IND. DE FÁBR. CONF. M. ALIM.
TEMP. E BISSETOS DE MANTAGEM - MG*

Convenção Coletiva de Trabalho

Parágrafo Primeiro: Os procedimentos abrangidos pelo presente-Plano Odontológico que será contratado pela empresa, à sua livre escolha, destinados aos empregados, deverão englobar o rol mínimo estipulado pela ANS (Agência Nacional de Saúde).

Parágrafo Segundo- Os empregados que queiram incluir seus dependentes deverão comunicar por escrito para o seu empregador, sendo que a responsabilidade pelo pagamento do plano do dependente será de responsabilidade EXCLUSIVA do empregado, por intermédio de desconto em folha de pagamento, o que desde já fica autorizado.

Parágrafo Terceiro- O empregado poderá se manter no plano odontológico, bem como os seus dependentes, enquanto estiver afastado pelo INSS por auxílio doença comum; ou os seus dependentes, em caso de auxílio-doença accidentário. Em qualquer hipótese, o empregado deverá reembolsar mensalmente a empresa os valores correspondentes aos seus dependentes. Caso não seja realizado o reembolso em até 30 (trinta) dias após o vencimento da mensalidade do plano, a empresa empregadora poderá excluir os seus dependentes imediatamente do plano odontológico.

Parágrafo Quarto — Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, perderá o empregado o direito ao plano odontológico, mediante comunicação da empresa à operadora do plano odontológico.

SEXAGÉSIMA TERCEIRA - VIGÊNCIA – A presente Convenção terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com início em **1º de janeiro de 2026**, e término em **31 de dezembro de 2027**.

Parágrafo único – As cláusulas, condições e benefícios desta Convenção Coletiva de Trabalho terão vigência restrita ao período pactuado, perdendo integralmente o seu valor normativo com o advento do termo final prévia e expressamente fixado, EXCETO no que concerne às cláusulas econômicas que serão feitas por meio de aditivo com vigência a partir de 1º janeiro de 2026.

E por se acharem assim ajustadas, firmam a presente para os fins de direito.

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2026.



NER HENRIQUE AZEVEDO CPF 237.416.786-00

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIAS,
MASSAS ALIMENTÍCIAS, TEMPEROS E BISCOITOS DE CONTAGEM - MINAS GERAIS.**

WINICIUS SEGANTINE DANTAS – Presidente - CPF: 326.126.486-15

**SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIAS E DE
MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS DE MINAS GERAIS.**

